

REVISTA REVISTA REVISTA REVISTA

EDIÇÃO 2016 | JORNALISMO UFPEL



Sumário

- 3 Editorial
- 5 Lava Jato, PT, golpe e democracia: a polarização nas redes sociais
- 8 O momento político e a imprensa brasileira
- 11 Os caminhos do impeachment
- 15 A atual Conjuntura política do Brasil e os desdobramentos da crise

IMPEACHMENT



- 21 O que muda com a nova lei eleitoral?
- 23 Mudanças nas regras eleitorais vigoram a partir destas eleições
- 26 Você sabia? O PMDB é tri em assumir a presidência sem receber votos
- 27 Entenda sobre a “janela” partidária
- 31 Cotas SIM



Jornal Politologia

Por Marislei Ribeiro

No seu propósito de trazer ao público leitor informação, entretenimento e reflexão, o curso de Jornalismo da UFPel lança, em sua 5ª edição, a Revista Universo, como uma forma de contextualizar temas atuais, transformados em reportagens por diversos grupos de acadêmicos.

Dessa forma, considerando o cenário político atual, em reunião de pauta, decidiu-se por elaborar uma edição especializada, trazendo temas relacionados ao Jornalismo Político e à Mídia direcionada à Política. Levou-se em conta que a política, como as mídias, possui o poder das palavras. Essas são responsáveis por produzirem efeitos reais. No entanto, mesmo que o poder das organizações midiáticas seja correlato ao poder das instituições políticas, é, sem dúvida, mais complexo, visto que depende e é sustentado, principalmente, pelos grupos sociais, sociedade e/ou indivíduos organizados.

A pesquisadora Maria Helena Weber, que estuda comunicação e política, discorre que, em qualquer palco, a política é, ainda, o poder determinante da vida e do cotidiano. Nesse sentido, o sucesso do cenário político contemporâneo, no qual poderes contracenam com a ética e a realidade, depende dos meios de comunicação, linguagem e consumo articulado pelas mídias.

A partir de tal linha de pensamento, os acadêmicos, integrantes da revista pesquisaram assuntos de interesse na atualidade, foram a campo e elaboraram textos e registros, dando ênfase, sobretudo, às Mudanças nas Novas Regras Eleitorais, Leis das Cotas, o Momento Político e a Imprensa Brasileira, a História do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e as Modificações nos Partidos, que constituem a Janela Patidária. O Impeachment, Lava Jato, PT, Golpe e Democracia - a polarização nas redes sociais - bem como a Atual Conjuntura Política do Brasil e os Desdobramentos da Crise completaram a pauta de temas propostos.

Na disciplina de Práticas Laboratoriais IV, o principal objetivo é desenvolver as habilidades de

comunicação nas diversas mídias, ressaltando-se a elaboração de matérias a serem divulgadas. Como os meios de comunicação digital são imediatos, sendo adotados nessa modalidade nos dias de hoje, a Revista Universo é editada e difundida online, possibilitando o acesso a professores, alunos, profissionais da área e pessoas interessadas em temas atuais.

O papel do jornalista é fazer seu receptor pensar. Para tanto, é preciso interpretar e traduzir informações, atribuindo-lhes sentido e precisão, conferindo, com isso, ao leitor a possibilidade de refletir. É nesse aspecto que reside a excelência de um texto, o qual auxilia na propagação e ampliação do conhecimento. Esse profissional, portanto, escreve para o seu leitor e por esse deve pautar seu trabalho, ao atender interesses coletivos em diversas escalas.

Fundamentando-se nessas ideias, a Universidade busca cumprir seu papel social, ao problematizar e relacionar algumas temáticas, com o fazer educativo, vendo, nesse empreendimento, uma oportunidade para discutir, envolver e viabilizar a aprendizagem dos acadêmicos por meio de atividades de interação e integração social. Assim, foi lançado o desafio de produzir esta edição, elaborada pelos alunos matriculados na referida disciplina, sob a orientação e assessoria da professora responsável.

Em suma, deseja-se que cada leitor possa desfrutar dos textos, fazendo suas próprias análises, críticas e sugestões. Além disso, espera-se ter contribuído para a divulgação dos trabalhos que estão sendo produzidos no curso de Jornalismo da UFPel, que se preocupa em relacionar teoria e prática educativa ao que acontece na contemporaneidade brasileira, especialmente, em termos políticos.

Lava Jato, PT, golpe e democracia a polarização nas redes sociais

Juliana Rössler

A atual conjuntura política nos mostra um país dividido. A atuação recente do Congresso Nacional, que optou por afastar a presidente eleita, Dilma Rousseff, acusada de crime de responsabilidade fiscal, assumindo em seu lugar o presidente interino, Michel Temer, seu vice. Tal fato acirrou ainda mais a polarização política do país, que hoje podemos observar claramente nas redes sociais.

O país está dividido entre aqueles que são pró e os que são contra o impeachment. Nas redes sociais, nos sites dos veículos de comunicação e até em canais e blogs de entretenimento, o que não falta são acusações de ambas as partes, geralmente denominadas de direita e esquerda, “coxinhas” e “petralhas”.

Desde a recente redemocratização brasileira, que completou 30 anos em 2015 (a Ditadura Militar acabou em 1985), tivemos dois presidentes que sofreram o processo de impeachment, Fernando Collor de Mello (processo ocorrido em 1992) e Dilma Rousseff (processo em andamento). A diferença entre eles é que, na década de 90, a internet ainda era pouco disseminada e, nos dias atuais, é realidade consolidada. Se, no início dos anos 90, os veículos tradicionais, como os jornais impressos, televisão, eram os únicos mediadores entre o poder público e a sociedade civil, hoje temos a internet, que democratizou a informação através da pluralidade ideológica.

Ciberativismo

Com o advento da internet surgiu o ciberativismo, que é uma forma de ativismo organizado pela internet, buscando gerar ações em defesa de causas políticas, ambientais e demais assuntos de interesse público. Essa forma de militância ganhou notoriedade com as revoltas populares do Oriente Médio. Já, no Brasil, mostrou representatividade nas manifestações de junho de 2013 e nos protestos pró e contra o impeachment.

As características da internet propiciam uma rápida troca de informações sobre os temas que permeiam a sociedade, gerando ações eficientes baseadas na agilidade do mundo online.

Nos protestos referentes ao impeachment da presidente eleita, Dilma Rousseff, a internet está sendo determinante para o desfecho desse processo, que atualmente polariza e divide o Brasil.



Manifestações contra e a favor do governo lotaram a avenida Paulista nos dias 13 e 18 de março, ambas organizadas pelas redes.
Foto: Marcio Fernandes e Tiago Queiroz/Estadão Conteúdo/Montagem UOL

Quem são as pessoas favoráveis e quem são as contrárias ao impeachment

Diante da atual polarização política, uma pergunta se torna recorrente: quem são as pessoas favoráveis e quem são as contrárias ao impeachment da presidente? Quais são as diferenças e semelhanças? É uma questão social ou ideológica?

Para responder a essas perguntas, o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação da Universidade de São Paulo – USP, realizou uma pesquisa para comparar os perfis digitais dos manifestantes dos atos dos dias 13 e 18 de março. Para isso, os pesquisadores coletaram um identificador único para cada usuário que confirmou presença nos seguintes eventos:

13 de Março

- Mega Manifestação – criada pelo grupo Vem Pra Rua;
- Eu vou! E Você? – criada pela página Partido Anti-PT;

18 de março

- Ato em defesa da democracia, dos direitos sociais e contra o golpe – criada pela Frente Brasil Popular SP e pela CUT São Paulo.

Resumidamente, o resultado obtido mostrou que, nas redes sociais, os manifestantes contrários e os a favor do impeachment não possuem as mesmas referências.

O estudo revelou ainda que os veículos da grande imprensa, como as revistas Veja e Isto É, os jornais Estado de S. Paulo e Folha de São Paulo são mais relevantes para os manifestantes do dia 13 de março. Enquanto que os do dia 18 preferem ler os portais de notícias, como G1, UOL e R7, além de comentaristas da web, como a Socialista Morena e Leonardo Sakamoto.

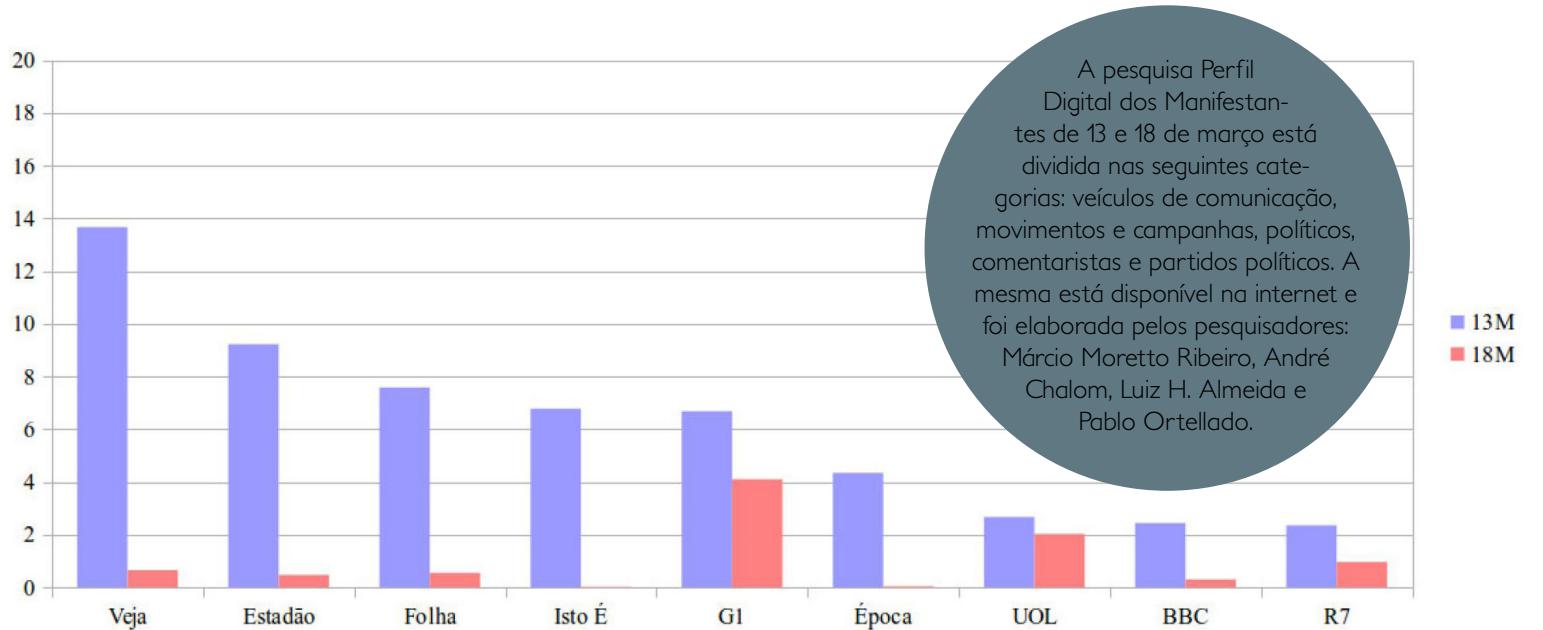


Foto: Perfil Digital dos Manifestantes de 13 e 18 de março. Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação (GPopAI).

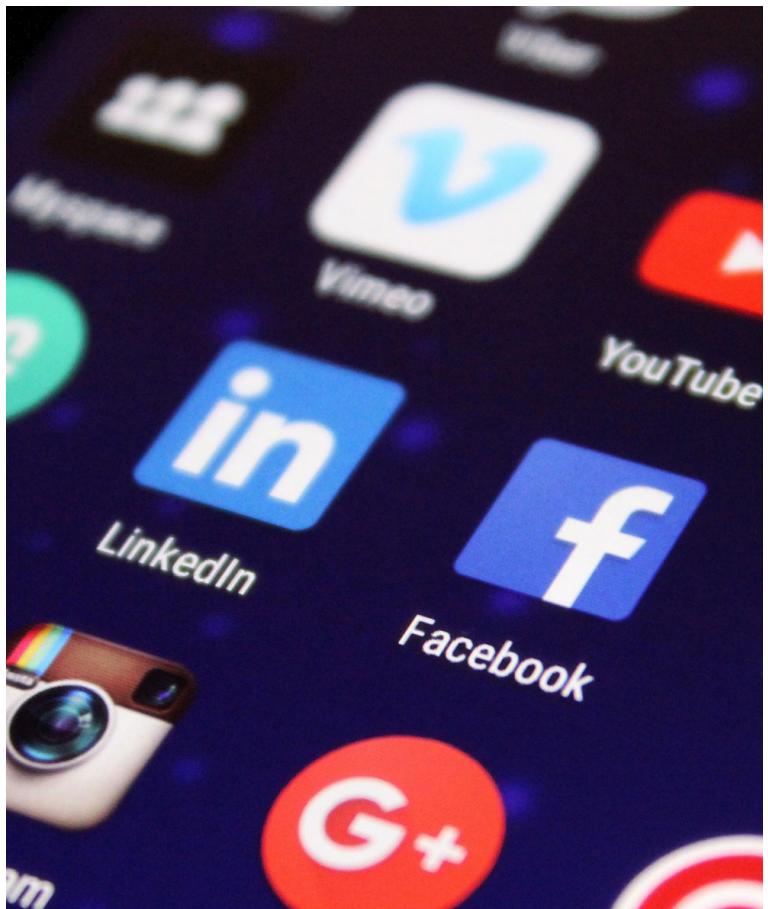
O problema das bolhas políticas

Ler somente determinados veículos de comunicação, limitar o círculo de amizades nas redes sociais, poderá te colocar dentro de uma bolha política.

As redes sociais, como o Facebook, possuem algoritmos que selecionam os conteúdos conforme as preferências dos usuários, com o objetivo de personalizar a sua experiência. O problema disso é que, ao ler apenas determinados veículos de comunicação, você começará a receber com mais frequência conteúdos semelhantes a suas pesquisas.

Funciona assim: você lê determinados conteúdos, participa de eventos, comenta e compartilha assuntos de seus interesses e pronto, o algoritmo comprehende as suas preferências e começa a lhe mostrar conteúdos que ele acha que você vai gostar. E tudo isso vai isolando os usuários em suas crenças e preferências políticas, gerando a polarização e, até mesmo, a desinformação.

A informação é uma arma poderosa, consulte vários veículos de informação e forme a sua opinião a partir do pensamento crítico alimentado por diversas fontes. Ficar preso em uma bolha pode isolar você nos polos de uma discussão e privá-lo de informações relevantes desse momento decisivo da democracia brasileira.



As redes sociais podem isolar você em polos ideológicos. Foto: reprodução/Internet

Fontes:
Ribeiro, Márcio; Chalom André; Almeida, H; Luiz; Ortellado Paulo. Perfil Digital dos Manifestantes de 13 e 18 de Março. Disponível em <<http://gpopai.usp.br/polarizacao.pdf>>

Acesso em: 14 mai 2016.

Salas, Javier. Usuários transformam seus murais no Facebook em 'bolhas' ideológicas. El País, 8 mai 2015. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/06/tecnologia/1430934202_446201.html> Acesso em: 14 mai 2016.

O MOMENTO POLÍTICO e a imprensa brasileira

Por Igor Vianna, Luciano Coelho, Maria Luiza Mesquita

Aldyr Schlee fala sobre a sua visão a respeito da política brasileira e comenta sobre a atuação da imprensa no âmbito nacional.

7

8

A política brasileira em nível nacional passa, no ano de 2016, por um dos períodos mais conturbados de sua história. A presidente Dilma Rousseff, reeleita em 2014, enfrenta um processo de impeachment, e a sociedade brasileira assiste ao dia a dia desta instabilidade através da imprensa, queobre ostensivamente os fatos e acontecimentos de Brasília.

Em Pelotas, o jornalista, escritor, desenhista, tradutor e professor de Direito, Aldyr Garcia Schlee, acompanha atentamente os fatos. Com a experiência de vida de quem já foi preso, interrogado e expulso da Faculdade de Jornalismo da Universidade Católica de Pelotas, por causa da ditadura, ele se preocupa com o atual momento brasileiro.

Schlee é famoso em toda a América do Sul por seus desenhos e livros. Ganhador do prêmio Esso de Jornalismo em 1963, após o golpe em 64, acabou se afastando da prática jornalística, mas não de sua atenção com o jornalismo. E é sobre o momento da política e a imprensa brasileira que o jaguarense, que vive em Pelotas, conversou com a gente.

“ Quem não tem liberdade de imprensa é o jornalista. ”

REVISTA universo: Aldyr, como o senhor vê o atual momento político do país?

Aldyr Schlee: Bem, hoje eu tenho a absoluta convicção de que a Presidente Dilma foi vítima de uma grave injustiça, que ainda poderia ser reconsiderada, revista, em virtude das normas que têm ainda a respeito do processo de impeachment. Aqueles que promoveram o golpe estiveram, desde a eleição, arranjando uma maneira de bem ou mal tirar a presidente do poder e negar os votos que ela teve, e acaba-

ram se mancomunando em torno da figura do Michel Temer. O vice-presidente comandou, nos últimos meses, o processo de impeachment da Dilma e, por isso, eu digo que ela foi injustiçada. Ela acabou sendo vítima de um processo que se desenvolveu nos porões do Palácio do Jaburu.

REVISTA universo: O senhor comentou que o que aconteceu com a Presidente Dilma é um golpe, e ela também utiliza este argumento. Por que vem sendo considerado um golpe?

Aldyr Schlee: É considerado golpe porque, embora esteja previsto na Constituição, o impeachment, que é um instrumento legítimo, tem regras que não foram consideradas. Não se conseguiu caracterizar o crime de responsabilidade da presidente. Mas o pior de tudo foi a maneira como isso passou, não tanto pela Câmara de Deputados, mas principalmente diante do Senado. E pior, agora nós temos um novo governo, que conseguiu afastá-la do poder por tempo determinado, governando para um futuro, para sempre, antes de a presidente ser afastada definitivamente. O golpe é tão grande que não se cogita a Dilma voltar. O processo efetivamente ainda não começou e, portanto, era de se prever, em qualquer país sério do mundo, que esses cinquenta e cinco votos pudesse diminuir, mas não; estão assegurados.

REVISTA universo: O senhor acredita que teve alguma semelhança com o golpe de 64?

Aldyr Schlee: Há muita diferença. Eu me congratulo porque não estou sendo vítima de um golpe militar, que tem o seu aspecto material muito sério, muito grave, incluindo uma série de questões de ordem física ou mental, como a tortura. Mas não basta ficar lamentando o que aconteceu e, com isso, abrandar as consequências do atual golpe, que, por não ser militar, não usou a força física, mas usou a compra de consciências e usou algo que sempre se temeu, e que pode ser invertido no seu significado, que é a relação entre o poder judiciário e o poder político. E o grave que eu vejo agora foi a politização do Judiciário.

É uma coisa muito triste e, em certo sentido, é

a grande dor que eu tenho, o grande sofrimento que me causou este golpe, porque, na verdade, o Judiciário declaradamente se manifestou no ponto de vista político.

REVISTA universo: Qual a importância que a imprensa teve nesse processo de impeachment?

Aldyr Schlee: A responsabilidade da imprensa é aquela que eu esperava; eles fizeram uma grande campanha contra o governo do PT e contra a Dilma. Fora PT, fora PT, fora PT, porque eles achavam que tinham outra alternativa político-partidária, mas não eram pessoas que tivessem partido. Essas pessoas se orgulhavam de não ter partido, de correr com este ou aquele líder partidário em uma manifestação em São Paulo, mas não existe democracia sem partido. Por pior que ele seja, os partidos são fundamentais. Mas vejam só, o Rio Grande do Sul, como todo o estado, tem direito a três senadores, e nós temos um senador titubeante, que é representante do nosso estado por um partido titubeante, e temos dois senadores representando a RBS TV. Esta empresa tem dois terços da representação do Rio Grande do Sul no Senado Federal e, agindo em nome dos interesses da RBS, contrariando, inclusive, as decisões dos seus partidos. Puxa vida! Mas isso não é alguma coisa que faça eu me sentir surpreso.

REVISTA universo: Qual a sua análise da atual imprensa brasileira?

Aldyr Schlee: Eu tenho uma análise que não é de agora. Nós criamos, por causa de razões partidárias, um grupo de pessoas, de famílias, que foram privilegiados com a concessão de emissoras de televisão e de rádio e que se juntaram e criaram oligopólios de comunicação, incluindo o material impresso.

Então, a velha questão de liberdade de imprensa tinha que ser considerada antes disso. As concessões deram a liberdade de imprensa garantida a eles, donos dos jornais, e não aos jornalistas verdadeiros.

A imprensa brasileira hoje, considerada no sentido mais amplo de imprensa, forma oligopólios, em que quem tem a liberdade de dizer, de negar, de fazer, de produzir, inclusive campanhas a favor deste ou

daquele em cima de uma visão, que é publicitária do jornalismo, são os donos, porque eles não são donos de empresas de jornalismo, e sim de empresas de publicidade.

O conteúdo do jornalismo produzido por esses oligopólios é diretamente proporcional à capacidade de que ele tem de ganhar dinheiro com publicidade. Quem não tem liberdade de imprensa é o jornalista, é ele que teria que ter, e isso é o fim da liberdade de imprensa em um país que se diz democrático. E não haverá democracia no Brasil enquanto tudo que aconteça na área política ou institucional seja determinado pela falta de liberdade de imprensa, no exercício da liberdade de imprensa, por aqueles que não têm direito a isso e que nem cumprem com as suas obrigações, na medida em que tem órgãos que são concessões do governo, alimentados com dinheiro do governo. Porque, se tira o dinheiro do governo federal da RBS, ela quebra e vai se queixar que isso é um golpe contra a liberdade de imprensa.

“ O vice presidente comandou, nos últimos meses, o processo de impeachment da Dilma. ”

REVISTA universo: Qual seria a solução para uma melhora na imprensa brasileira?

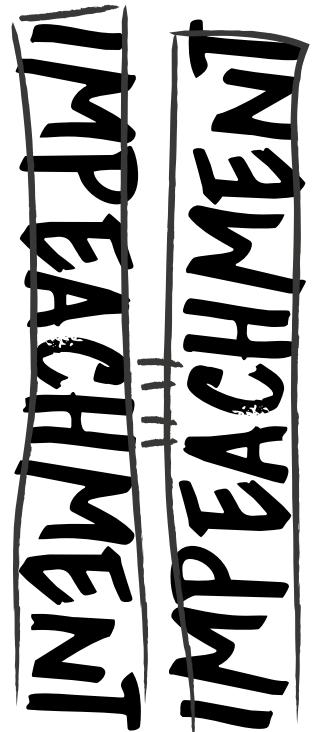
Aldyr Schlee: Temos a necessidade de rever o processo de concessões, talvez nesse governo que pretende mudar tudo (ironicamente). Antes de tudo, criar uma nova lei, sem prejuízo aos direitos adquiridos, naturalmente, e estabelecer um novo sistema de responsabilidade social. Porque ou a função social da concessão se justifica, ou não se justifica a concessão. É preciso tratar o concessionário como concessionário, ou seja, dentro dos limites da sua concessão e conceder menos. É preciso dar espaço para os jornalistas, mesmo, fazer jornalismo. Com certeza, teríamos resultados excelentes. Eu não vejo, a curto e médio prazo, nenhuma possibilidade de acontecer isso.

Os caminhos do **IMPEACHMENT**

Por: Larissa Moraes, Rafael Viana e Roberta Pereira

Este ano passamos por um processo político histórico, no entanto, complicado até no nome. *Impeachment*- A palavra, que deriva do latim, expressa a ideia de ser impedido, pego ou preso. Não só a palavra, o processo também é complexo e longo. Na prática, o *impeachment* envolve muitas pessoas, muita papelada e uma série de plenárias com debates acalorados.

Em 1992, borbulhou na nação o primeiro processo de impedimento de um presidente. Na ocasião, Fernando Collor de Melo teve um fim prematuro em seu governo dois anos após assumir. O processo decorreu, e com a condenação iminente, Collor renuncia a seu cargo de presidente. Sendo assim, o processo não obteve conclusão, o que faz do impeachment contra a presidente Dilma Rousseff o único com possibilidade de conclusão.



O PROCESSO EM TRÊS ETAPAS:

O pedido pode ser apresentado por qualquer cidadão à Câmara, desde que haja pertinência e se configure crime de improbidade administrativa.

Na primeira fase, cabe ao presidente da Câmara decidir se o processo será arquivado ou encaminhado aos parlamentares.

Na segunda etapa, caso o presidente da Câmara aceite o pedido, o mesmo começa a ser analisado pelos deputados, havendo 2/3 da casa (ao menos 342 deputados), dá-se o andamento no processo.

DESDE 2010, FORAM 14 TENTATIVAS DE PROCESSO E NENHUMA DELAS SEGUIU ADIANTE

Configurando-se a aprovação, é enviado ao Senado, onde precisa ser votado em até 180 dias. Nesse período, o Presidente fica afastado do cargo.

O PRESIDENTE QUE PERDER O MANDATO PODE AINDA FICAR INELEGÍVEL POR 8 ANOS.

ACUSAÇÃO X DEFESA

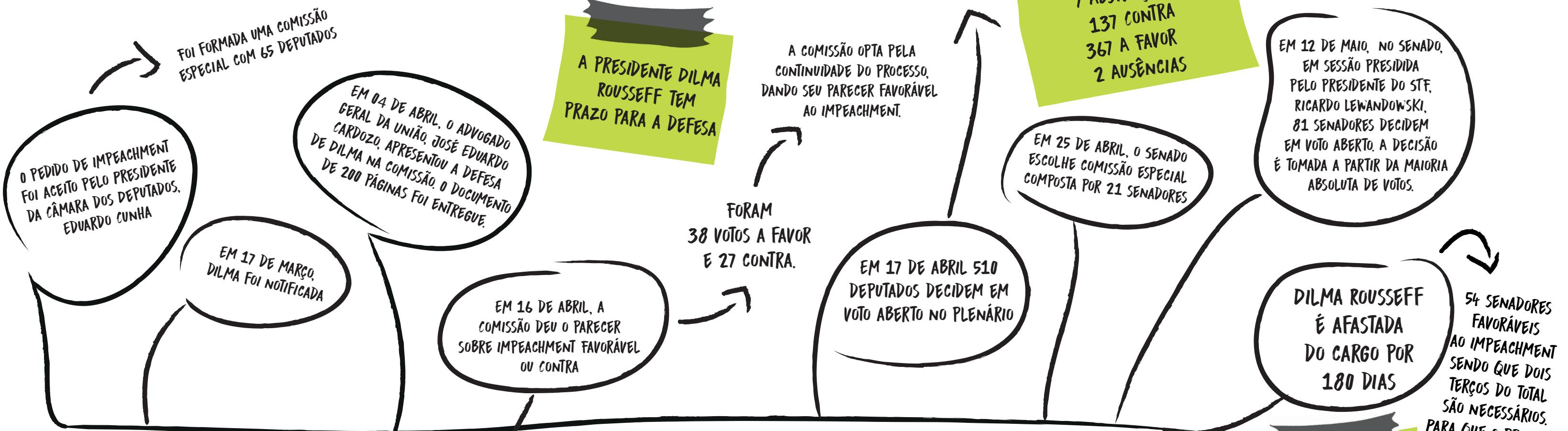
A segunda fase de votação, é o momento em que os discursos de acusação e defesa acontecem, comandados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. O pedido precisa ser aprovado por 2/3 da casa (ao menos 54 votos). Caso o pedido seja aprovado, o Presidente perde seu mandato.

E COMO FICA?

Se dado o cumprimento do processo, assume o Vice. Se o crime for por irregularidade na eleição e o mesmo também for impedido, a solução depende da data do afastamento: Até o segundo ano de mandato são realizadas eleições com voto direto, depois de dois anos no poder, eleições indiretas com voto parlamentar.

Enquanto o processo eleitoral não ocorre, o presidente da Câmara assume o país.

ANDAMENTO DO PROCESSO DE DILMA ROUSSEFF



DE AGORA EM DIANTE:

Presidente do Supremo Tribunal Federal passa a conduzir os trabalhos

Começam os interrogatórios e a apresentação de provas. Dilma pode ser ouvida pelos senadores, mas não é obrigada a comparecer. Não há prazo definido para essa fase. Ao fim, defesa e acusação apresentam as alegações finais em 15 dias.

Os 81 senadores votam pela procedência ou não da acusação. Se o parecer for aprovado, o julgamento final é marcado. Se for rejeitado, o processo é arquivado, e a presidente reassume. A maioria absoluta dos votos é decisiva nessa etapa.

Votação final no Senado: Os senadores respondem 'sim' ou 'não' à pergunta formulada pelo presidente do STF, sobre se Dilma cometeu crime de responsabilidade no exercício do mandato.

2/3 dos votantes decidem a condenação ou absolvição.

CONDENADA

é destituída e o vice empossado, não podendo ela assumir cargos públicos por 8 anos



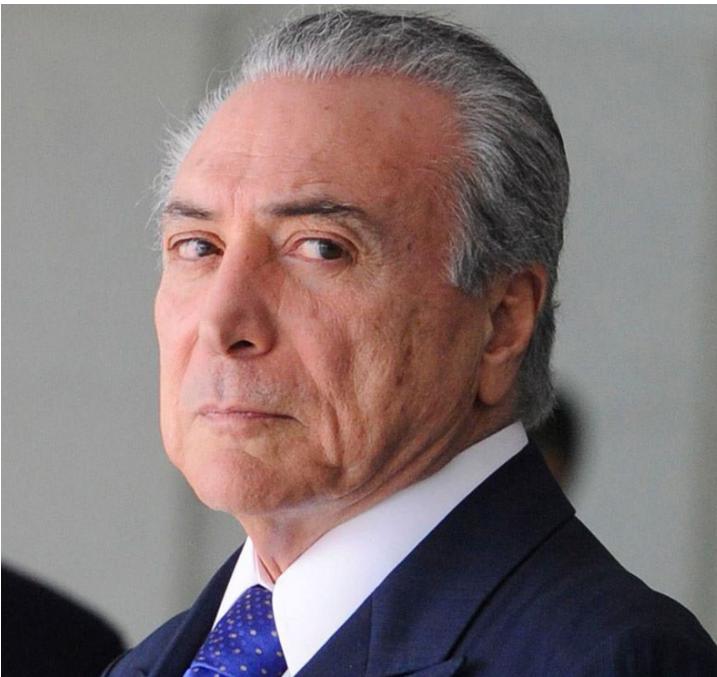
DILMA ROUSSEFF

ABSOLVIDA

reassume imediatamente o cargo

a atual conjuntura política **DO BRASIL** e os desdobramentos da crise

O descontentamento político com origem mais evidente em 2013 foi consequência de uma crise econômica e política que se intensificou nos últimos anos até o atual momento. Posterior a isso, estamos vivenciando o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), com opiniões diversas e, muitas vezes, divergentes sobre o procedimento aplicado nesse caso. Com a posse do ex-vice-presidente, Michel



Temer (PMDB), algumas alterações – como as ministeriais – foram feitas, gerando uma série de críticas por parte dos movimentos sociais. Além disso, no discurso de posse, o presidente em exercício afirmou que a operação Lava Jato deve ter prosseguimento e proteção e que as parcerias político-privadas devem ser debatidas de maneira significativa. Todos esses acontecimentos estão modificando a conjuntura da sociedade brasileira e, assim como



teve suas causas, terá suas consequências.

A crise econômica, segundo alguns economistas, é inerente à lógica de mercado do sistema capitalista e, portanto, ela afeta todos os países – em diferentes graus – com uma frequência periódica. Sendo assim, está além de uma política de governo, no entanto, os governos podem ser mais ou menos austeros ao decidir que tipos de cortes de verbas devem ser feitos para equilibrar as contas públicas. O economista Eric Gil explica que “as economias são contagiadas pela crise que estoura em um determinado local através de diversos mecanismos, como demanda por produtos de importação, preços internacionais de commodities, fluxos de capitais, etc. A desaceleração chinesa, por exemplo, impactou grande parte da atividade econômica de outros países por conta da queda da demanda por minérios, fazendo com que os preços destes baixassem”.

Enquanto que a crise política, nesse caso, foi causada devido a questões sociais como,

por exemplo, a construção da nova classe média, as políticas públicas, desde o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, geraram uma série de mudanças na configuração das classes sociais brasileiras. Isto é, a partir da inclusão através de programas como PROUNI, REUNI, políticas de cotas, entre outros, foi garantida a inserção dos pobres no ensino superior, ocasionando a possibilidade de estar em espaços públicos onde não lhes era garantida a entrada por consequência da privatização do direito básico de estudar. O estopim das jornadas de junho de 2013 foi o aumento das passagens do transporte público e, com isso, outras pautas foram inseridas ao longo do tempo como a luta contra a corrupção. A mídia hegemônica teve papel fundamental nessa questão, pois o seu discurso inclinava-se a afirmar que o governo do PT era o responsável pela existência da corrupção no país através do escândalo do Mensalão. A Operação Lava Jato – iniciada em 2009 – teve seu auge em 2015 com a prisão de José Dirceu e Delcídio do Amaral, ambos

do Partido dos Trabalhadores. Conhecido como o maior escândalo de corrupção do país, estão envolvidos até então partidos como o PP, PMDB, PSDB, PSB, PTB, PSD e PT. Com isso, é possível perceber que o discurso contra a corrupção construído pela mídia, em que parte da população se tornou adepta, é uma nítida articulação política contra um governo minimamente progressista. Depois de perpassar por este histórico de maneira breve, chegamos à atual conjuntura. Nela nos deparamos com o processo de Impeachment cujo motivo principal são as conhecidas pedaladas fiscais. Nesse processo, há diversos atravessamentos, tendo a misoginia como um dos fatores que as feministas vêm pautando. Um exemplo disso é a capa da Revista IstoÉ de abril deste ano, com o título “As expressões nervosas da presidente”, apresentando uma série de argumentos relacionados ao emocional para justificar a crise do seu governo, assim como a cobertura midiática da condução coercitiva do ex-presidente Lula feita ao vivo pela Rede Globo. Para além disso, há o fato de Temer também ter cometido pedalada fiscal e ter sofrido um pedido de Impeachment, negado pelo ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Outro fator tem relação com a falta de provas de envolvimento em corrupção da presidente afastada Dilma Rousseff. Como ela mesma disse, seu governo cometeu muitos erros relacionados à política de governabilidade, ajuste fiscal, recuo nas pautas sociais, mas não cometeu crime de responsabilidade fiscal – motivo que validaria o Impeachment.

Cenário do atual governo Temer

O dia de posse de Michel Temer foi marcado pela presença dominante de homens brancos representando os Ministérios. Isso gerou uma série de críticas dos movimentos sociais. Desde 1979, durante o regime militar, não havia ministérios sem a participação das

mulheres. Para a estudante de Medicina da PUC-RS, Fabiana Colombo, “ver os novos ministros do Temer só me traz a sensação de retrocesso. Perceber que depois de 30 anos com representação feminina no ministérios seremos ‘representadas’ por homens de características tão conservadoras me faz concluir que isso só levará a um atraso nas políticas públicas que dizem respeito às mulheres. É de extrema importância que as mulheres tenham o protagonismo para debater política e fazer política na linha de frente, nos ministérios. No estágio atual, não aceitaremos ser caladas e escanteadas por homens que cada vez menos representam as mulheres e a sociedade brasileira”. Além disso, existe a falta de representação de negros e negras, o que evidencia “que o atual governo representa os ricos bran-

cos conservadores, sendo que os/as negros servem para ficar em trabalhos menos remunerados. Assim, conseguem rebaixar nossa vontade de conquistar espaços, pois, não tendo um negro lá, não existe alguém com quem nos identificar. Exemplo são os super-heróis, majoritariamente brancos, dificultando a criação da identidade negra na criança”, segundo Maicon Moraes, estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária da UFPel.

Assim como esse tipo de atitude representa, de alguma maneira, a identidade deste governo, os enxugamentos de Ministérios apontam a concepção que o mesmo tem com relação à atuação de áreas como a da Cultura e a da Comunicação, por exemplo. No seu discurso de posse, Temer afirmou

que o restante das áreas que não as de saúde e educação, devem ser compartilhadas com a iniciativa privada e que se deve “incentivar de maneira significativa as parcerias público-privadas na medida em tal instrumento poderá gerar emprego no país”. Outro elemento importante de destacar, foi a fala do presidente em exercício sobre a Operação Lava-jato, colocando: “A moral pública será permanentemente buscada por meio dos instrumentos de controle e apuração de desvios. Nesse contexto, tomo a liberdade de dizer que a Lava-Jato tornou-se referência e, como tal, deve ter prosseguimento e proteção contra qualquer tentativa de enfraquecê-la”. A contradição de Temer se evidencia pelo fato de que, dos seus 13 ministros nomeados, 12 estão sendo investigados na Operação Lava-Jato, segundo o Jornal Estadão.

Para o Cientista Político Renato Della Vechia, “a possível construção de uma alternativa parlamentarista, como está sendo gestada no Senado, não é compatível com o atual quadro de partidos, seja em função do número, pela fragmentação onde temos poucos grandes partidos e muitos partidos médios, seja pela falta de identidade e pelo jogo fisiológico próprio de nosso sistema partidário. Portanto, não há possibilidade de saída a curto prazo”. Acompanhe a entrevista a seguir.

REVISTA universo: Como caracteriza o processo de impeachment?

Renato Della Vechia: O processo de impeachment é resultado do aprofundamento de uma crise econômica internacional que atingiu o Brasil. Enquanto a economia estava estável, e havia recursos para financiar o sistema financeiro, ao mesmo tempo que para a ampliação de políticas públicas não havia condições políticas de alguma tentativa de “virar o jogo” embora houvesse um “mal-estar”, principalmente, entre setores da classe média que ideologicamente estavam preocupados com uma pretensa ameaça a seu “status” social (vide rejeição



à implantação de turmas especiais do MST na UFPEL e diversos outros exemplos Brasil afora). O que mobilizou, principalmente, a classe média, foram duas questões estruturais nunca resolvidas em nossa sociedade: um modelo de representação política não representativo e corrupto estruturalmente (em função do financiamento privado) e a questão tributária, que recai principalmente entre assalariados e consumidores e, praticamente, isenta o grande capital no que diz respeito à sustentação do financiamento do Estado. Em síntese, a crise econômica trouxe à tona o problema de quem iria “pagar a conta”. Os setores conservadores, sabedores de que sua pauta não teria viabilidade dentro do jogo eleitoral, resolveram encurtar caminho e colocar indiretamente um governo provisório e capaz de atacar direitos que aparentemente já estavam consolidados.

REVISTA universo: Levando em consideração que o governo do PT foi construído com o PMDB durante 10 anos e, com isso, em acordo com a política deste partido, quais diferenças específicas podes citar entre o programa e a atuação do PT e do PMDB separadamente?

Renato Della Vechia: O PMDB hoje ocupa o espaço que foi do PSD durante a década de 1950. Por ser um grande partido em um país com muitas especificidades regionais, foi perdendo a identidade, como de resto boa parte dos partidos políticos em nosso país. Não existe um único PMDB. Tem o PMDB do Cunha, PMDB do Temer, do Renan, do Requião e assim por diante. A aliança que o PT construiu com o PMDB e outros partidos foi a partir de um projeto desenvolvimentista, que buscava garantir alguns avanços sociais sem mexer estruturalmente com os mecanismos de poder de nossa sociedade. Duas questões se colocam quando falamos na aliança PT e PMDB. Max Weber, sociólogo alemão do século XIX, falava em “ética da responsabilidade” e “ética da convicção”. Os governantes sempre precisam escolher qual adotar frente à necessidade de definições. A

ética da responsabilidade foca no resultado das ações, independente de ferir ou não convicções e ou resistências no plano moral. A ética da convicção faz com que os governantes balizem suas ações exclusivamente por seus princípios morais e ou comportamentos considerados corretos, independente do resultado dessa ação. Deixa a responsabilidade (resultado) da ação a Deus ou ao destino. Portanto, essa questão nos coloca outra pergunta a responder. Como um governo que tenha uma pauta progressista pode governar nosso país? Vivemos um presidencialismo de coalização. A crise que estamos vivendo deixa bastante claro que ninguém consegue governar sem maioria parlamentar. Se somarmos as forças do PT, PDT, PC do B e PSOL, partidos que formaram uma base coesa contra o impeachment, (embora esse último não faça parte do governo), não chegaremos a 20% do Congresso Nacional.

A princípio me parece que existem três opções: a primeira é não concorrer nas eleições presidenciais; a segunda é não compor com partidos conservadores e assumir a “ética da convicção”, deixando o resultado disso ao destino. A terceira opção é buscar reduzir danos e negociar com setores conservadores a partir de um programa mínimo. Esse é o grande dilema do chamado campo progressista em nosso país no que diz respeito à disputa institucional.

Um outro elemento está presente nessa discussão: Quando o PT buscou uma aliança com setores do PMDB (pois sabia que embora formalmente a aliança fosse com o partido, não conseguira apoio de toda a legenda), as condições que levaram à composição eram diferentes das condições atuais. Maquiavel, em seu livro “O Príncipe”, diz que os príncipes sábios, quando fizerem acordos,

têm de ter claro que se as condições em que a palavra foi empenhada se modificarem, os príncipes não devem mantê-la. Em síntese, os chamados “partidos aliados” fizeram uma aliança dentro de uma perspectiva na qual não havia outra possibilidade melhor para eles. Na medida em que as condições se modificaram, surgindo outras perspectivas melhores para seus interesses, mudaram de lado. O governo, por sua vez, ou não percebeu (pois até o último momento achava que teria os votos suficientes para barrar o impeachment), ou não teve o que fazer no momento da debandada.

REVISTA universo: Quais perspectivas tens a respeito da atual conjuntura?

Renato Della Vechia: Entendo que essa crise deve se aprofundar, pois não se trata de trocar governantes de plantão, mas de uma forte disputa ideológica sobre rumos de nossa sociedade. O governo Temer carece de legitimidade e só pode governar através de mecanismos repressivos e alto apoio midiático. Um possível retorno de Dilma manterá o dilema da dificuldade de maioria parlamentar. Novas eleições, além de gerar uma verdadeira guerra, dificilmente terão seu resultado respeitado e aceito como legítimo por parte de quem perder as eleições. A possível construção de uma alternativa parlamentarista, como está sendo gestada no Senado, não é compatível com o atual quadro de partidos, seja em função do número, pela fragmentação onde temos poucos partidos grandes e muitos partidos médios, seja pela falta de identidade e pelo jogo fisiológico próprio de nosso sistema partidário. Portanto, não há possibilidade de saída a curto prazo. O aprofundamento da crise poderá levar à construção de alguma saída, seja dentro da normalidade democrática, seja pelo atropelo da democracia, o que dependerá do grau de mobilização e politização que a sociedade alcançar.



O QUE MUDA COM A NOVA LEI ELEITORAL?

Ariel Pedone
Fabio Ávila
Isabelle Domingues

A nova lei eleitoral, que vale para o próximo pleito em 2016, trouxe mudanças significativas nas regras. O próximo pleito irá escolher prefeitos e vereadores em todo o País. A mudança na legislação eleitoral alterou circunstancialmente a regra do jogo para os partidos políticos e candidatos.

As principais mudanças ocorridas na Lei das Eleições foram:

- A data para a realização de coligações pela nova regra será no período compreendido entre os dias 20 de julho e 05 de agosto do ano em que forem realizadas as eleições. A filiação partidária deverá estar confirmada pelo partido político, no mínimo, seis meses antes da data da eleição, e o prazo para mudança de partido por parte dos candidatos, até 30 dias que antecedem o prazo para a filiação partidária.

- O número de candidatos por partido ou coligações ficou até 150% do número de cadeiras da Câmara Municipal, exceto em municípios com

até 100 mil eleitores, nos quais cada coligação poderá registrar até 200% do número de cadeiras.

- As doações de campanha foram alteradas em função do veto presidencial aos artigos 24-A e 24-B; somente pessoas físicas poderão fazer doações para campanhas eleitorais, que serão limitadas a 10% dos rendimentos brutos do doador, no ano anterior à eleição. Ficam fora do limite de 10% dos rendimentos brutos as doações estimáveis em dinheiro relativas à utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador, desde que o valor estimado não ultrapasse R\$ 80.000,00. Os gastos com recursos próprios na campanha ficam vinculados ao limite de gastos estabelecidos dentro do limite legal para o cargo ao qual concorre o candidato.

Os candidatos a prefeito terão limites de:

- No primeiro turno, 70% do maior gasto declarado para o cargo nas eleições de 2012, na circunscrição eleitoral em que houve apenas um turno;



ou 50% do maior gasto declarado para o cargo nas eleições de 2012, na circunscrição eleitoral em que houve dois turnos.

- Para o segundo turno das eleições; onde houver, o limite de gastos será de 30% dos valores previstos para o primeiro turno.

- Em Municípios com até dez mil eleitores, o limite de gastos será de R\$ 100.000,00.

Já os candidatos ao cargo de vereador terão limites de:

- 70% do maior gasto contratado na circunscrição nas eleições de 2012. Em Municípios de até dez mil eleitores, o limite de gastos será de R\$ 10.000,00. As prestações de contas foram simplificadas, todavia os prazos ficaram mais enxutos. Será adotado o sistema simplificado para municípios com menos de 50.000 eleitores ou para candidatos que apresentarem, independentemente do número de eleitores, movimentação financeira de até R\$ 20.000,00.

A propaganda eleitoral somente será permitida após o dia 15 de agosto de 2016. Desse modo, imaginemos o caso de um município em que o quociente eleitoral foi de 5.000 votos, e determinado partido político obteve 12.000 votos, e faria, pela sobra, três vereadores; entretanto, se ocorrer de o terceiro colocado obter 499 votos e, portanto, menos de 10% do quociente eleitoral, este não seria considerado eleito, e a vaga seria distribuída ao partido que obtivesse a maior média, e o seu candidato, uma votação acima de 499 votos.

A situação ficou mais simples, porém os partidos políticos devem estar bem atentos quanto aos prazos. Parece que o calendário de eventos e responsabilidades ficou bem apertado. Secretários e presidentes, mantenham a atenção redobrada.

MUDANÇAS NAS REGRAS ELEITORAIS VIGORAM A PARTIR DESTAS ELEIÇÕES

A lei nº 13.165/2015 faz alterações em algumas regras para as próximas eleições, diminuindo tempo de propaganda, incentivando maior participação feminina, regulamentando filiações partidárias, entre outras.

Com vistas a dar início à tão sonhada reforma política, a Casa Civil promulgou, no dia 29 de setembro de 2015, a Lei nº 13.165/2015, que altera as leis nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos) e nº 4.737/1965 (Código Eleitoral), para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.

Segundo o texto da reforma, a partir das próximas eleições, que ocorrerão nos dias 2 e 30 de outubro deste ano, as campanhas do ano de 2016 serão financiadas por doações, principalmente, de pessoas físicas ou através do Fundo Partidário.

Além disso, as filiações partidárias para quem deseja concorrer nas eleições de 2016 devem acontecer até o dia 02 de abril, que corresponde a seis meses de antecedência da data em que será realizado o 1º turno das eleições. Assim, por lei, todos os candidatos devem estar filiados a um dos partidos, de acordo com sua escolha.

Conforme a reforma eleitoral, os políticos que desejarem concorrer nas eleições deste ano, poderão apresentar-se como pré-candidatos, sendo considerada a propaganda antecipada, porém não poderá haver o pedido de voto. Esses pré-candidatos podem posicionar-se politicamente, seja pelas redes sociais, seja em eventos que possuam cobertura pela imprensa. A data de realização das convenções para a escolha dos candidatos de cada partido e coligação mudou, sendo que o prazo para a realização das mesmas se dá de 20 de julho a 5 de agosto deste ano, visto que antigamente aconteciam de 10 a 30 de junho do ano em que ocorriam as eleições.

Também mudou o prazo para os candidatos se inscreverem nos partidos. A partir de agora, o registro dos candidatos em cada partido, bem como as coligações nos cartórios, mudou, pois agora deve ocorrer até no máximo às 19 horas do dia 15 de agosto, e antes havia o prazo estipulado até às 19 horas do dia 05 de julho.

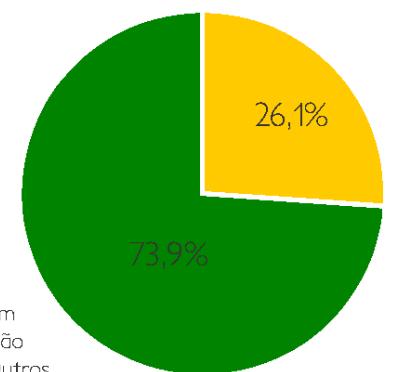
O tempo da Campanha Eleitoral foi reduzido pela metade. Anteriormente a campanha acontecia durante 90 dias, com a nova reforma, esse tempo foi reduzido para 45 dias, tendo

início no dia 16 de agosto de 2016. O mesmo aconteceu com o período destinado à propaganda eleitoral no rádio e na TV, que teve a redução de 45 dias para 35, começando no dia 26 de agosto de 2016 para o 1º turno. Desse modo, a campanha será organizada contendo dois blocos no rádio e na televisão, com o tempo de 10 minutos cada. Assim, os candidatos também poderão fazer inserções, sendo distribuídas em 60% para candidatos a prefeito e 40% para candidatos a vereadores, sendo que cada uma dessas inserções deve ser feita entre 30 e 60 segundos.

Da mesma forma, ocorreram mudanças no tempo de propaganda. Um total de 90% do tempo da propaganda eleitoral será distribuído igualmente para o número de partidos representantes na Câmara Federal, e os demais 10% serão distribuídos pelos partidos restantes de forma igualitária. Em caso de alianças partidárias de legendas nas eleições, serão levados em conta os deputados federais filiados aos seis dos maiores partidos de uma coligação. Nas coligações para as eleições, o tempo de propaganda será a soma do número de representantes da totalidade dos partidos.

Após introduzida a reforma eleitoral neste ano de 2016, conforme prevê o artigo 46 da Lei nº 9.504/2016, a participação em debates dos candidatos com uma representação de partidos superior a nove deputados federais foi assegurada.

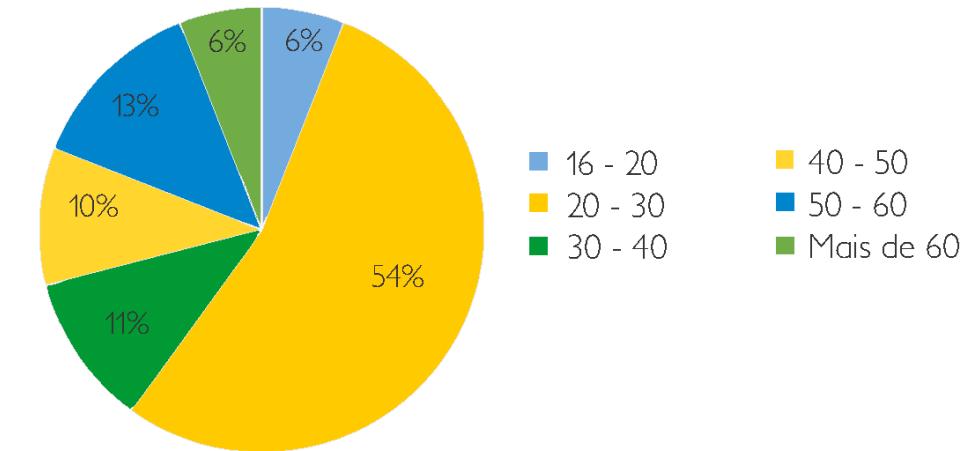
Você está sabendo da nova lei para as eleições de 2016?



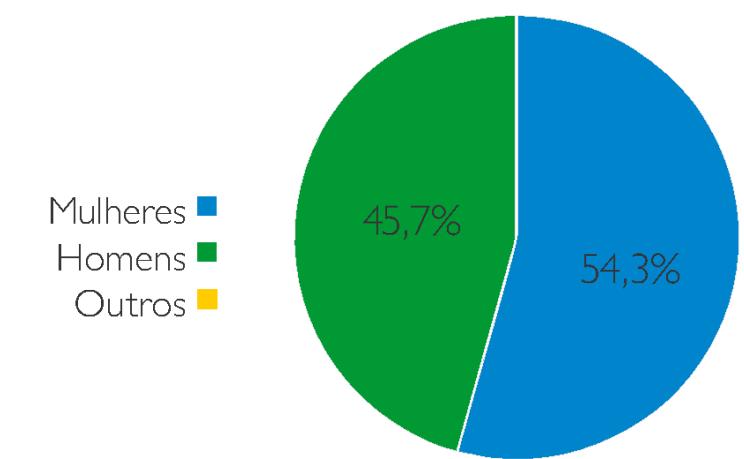
População aprova mudanças

Em pesquisa de opinião feita por nossa revista, através das redes sociais, internautas mostram-se favoráveis às mudanças propostas pela reforma. Foram entrevistadas 70 pessoas com idade entre 16 e 70 anos, faixa etária apta para votar. Segundo a pesquisa, 70% dos eleitores desconhecem as mudanças advindas da nova lei. Mais de 90% dos entrevistados aprovam a redução do tempo de campanha e propaganda eleitoral e quase 70% afirmam não guiar-se pela campanha eleitoral para decidir seu voto.

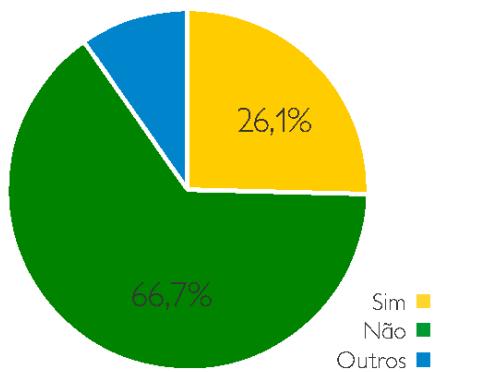
Idade



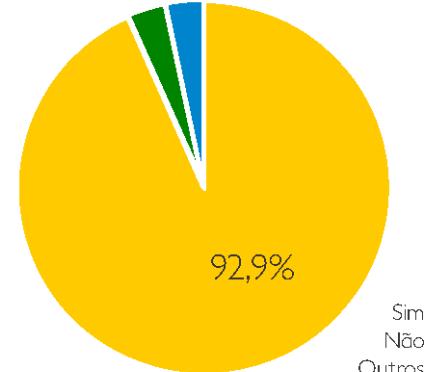
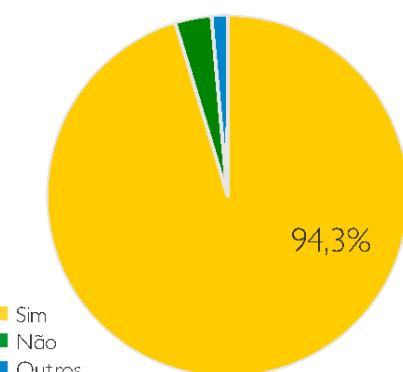
Sexo



Você concorda com a redução do tempo da campanha eleitoral para decidir o voto?
(Antes acontecia durante 90 dias, reduziu para



A propaganda eleitoral no rádio e na televisão reduziu de 45 para 35 dias, você concorda?



CAMPANHA ELEITORAL

O tempo da campanha foi reduzido de 90 para 45 dias e o período de propaganda no rádio e na TV de 45 dias para 35. A campanha será organizada em dois blocos na rádio e na televisão, com o tempo de 10 minutos cada. Assim, os candidatos também poderão fazer inserções, sendo distribuídas em 60% para candidatos a prefeito e 40% para vereadores que terão direito a inserções de 30 ou 60 segundos.

PRÉ-CANDIDATOS

Os políticos poderão se apresentar como pré-candidatos sem que isso configure propaganda eleitoral antecipada, mas desde que não haja pedido explícito de voto.

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

O prazo para o pretendente filiar-se a um partido passa a ser de seis meses antes da realização do primeiro turno da eleição.

REGISTROS NOS PARTIDOS

O prazo para a realização do registro dos candidatos em cada partido, bem como as coligações nos cartórios mudou, pois agora deve ocorrer até no máximo às 19h do dia 15 de agosto de 2016.

FIQUE ATENTO ÀS DATAS!

20/07 - Os partidos são autorizados a promover convenções para definir seus candidatos

03/08 - Prazo para o eleitor solicitar a segunda via do título de eleitor fora de seu domicílio eleitoral

15/08 - Data limite para os partidos e as coligações registrarem seus candidatos.

16/08 - Início da Campanha eleitoral

26/08 - Início do período da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

13/09 - Último dia para que os partidos políticos, as coligações e os candidatos enviem à Justiça Eleitoral os gastos de campanha dos candidatos

22/09 - Último dia para o eleitor solicitar a segunda via do título de eleitor dentro de seu domicílio eleitoral

29/09 - Fim da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

30/09 - Termina o período de exibição de propaganda eleitoral paga.

02/10 - Primeiro turno das eleições.

28/10 - Último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita do segundo turno no rádio e na televisão e da propaganda paga na imprensa escrita

30/10 - Segundo turno das eleições

CONVENÇÕES

A data de realização das convenções para a escolha dos candidatos de cada partido e coligação deverá ser de 20 de julho a 5 de agosto do ano decorrente, visto que antigamente aconteciam de 10 a 30 de junho do ano em que se dava as eleições.

DEBATES

Por Silvia Camargo, Endrio Chaves, Wagner Leitzke

VOÇÊ SABIA?

O PMDB e tri em assumir a presidência sem receber votos

da República.

O cenário político brasileiro ganhou novos capítulos nesta primeira metade de 2016: a presidente Dilma Rousseff foi substituída por seu vice, Michel Temer. A decisão do Senado afasta Dilma temporariamente (por 180 dias), no entanto, o fato já se consolida como um momento para a história política tupiniquim por um motivo em particular: pela terceira vez, o PMDB coloca um de seus membros na poltrona presidencial sem ter ganho uma eleição direta.

Considerado como uma instituição 'heterogênea' e reunindo sobre o mesmo teto diversas ideologias, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro foi fundado em 1980, sucedendo o Movimento Democrático Brasileiro, legenda de oposição ao Regime Militar de 1964.

A poltrona presidencial já foi peemedebista em dois outros momentos da história. Em 1985, Tancredo Neves foi eleito presidente, todavia, de forma indireta, já que se deu via Colégio Eleitoral - que escolhia o ocupante do cargo durante a Ditadura e recebia votos apenas dos congressistas e integrantes das assembleias estaduais. Tancredo, porém, por questões de saúde, não chegou a ocupar o cargo e morreu três meses depois de ter sido eleito. Nesse meio tempo, seu vice, José Sarney, foi quem assumiu a presidência

O segundo momento ocorreu em 1992. Itamar Franco (PRN-MG) ocupava o cargo de vice de Fernando Collor de Melo (PRN-AL), que venceu as eleições de 1989. Um escândalo de corrupção abalou o governo do alagoano e as diferenças entre os dois integrantes da chapa se escancaram. Foi quando Itamar Franco retornou para o PMDB (1992) e assumiu o cargo de presidente após a renúncia de Collor, posterior ao processo de impeachment ganhar força.

A apresentação de candidatos à presidência nas eleições diretas só ocorreu pelo PMDB em duas ocasiões, mesmo sendo o partido com o maior número de governadores e prefeitos no país: em ambas, o partido sofreu duras derrotas.

A primeira vez foi em 1989, naquelas que seriam as primeiras eleições diretas desde o final da ditadura militar, que perdurou até 1985. O candidato do PMDB foi o veterano Ulysses Guimarães, que encerrou a corrida presidencial em sétimo lugar, obtendo mísseis 4,6% dos votos. A segunda ocasião foi em 1994: o paulista Orestes Quérula ficou em quarto lugar, com um percentual semelhante ao de Ulysses: 4,38%.

Fontes da pesquisa: Atlas das Eleições Presidenciais no Brasil (<https://sites.google.com/site/atlaeleicoespresidenciais>)

Daniel Corrêa, Helena Mendonça, Henrique König, Juliana Escouto, Paulo Geovane Matias, Rochele Ücker

Entenda sobre a "janela" partidária

Emenda constitucional permitiu mudança de partido sem perda de mandato.

Fonte: correiobrasiliense.com.br



Desde 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que os mandatos pertencem aos partidos e que, por isso, o detentor de mandato eletivo não pode mudar para outra legenda sem perder o mandato. Até então, a desfiliação sem a perda do cargo, só era permitida para a filiação em partidos recém-criados.

Porém, em fevereiro de 2016, foi promulgada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional 91, que altera o artigo 22A da Lei nº 9.096 (Lei dos Partidos Políticos). A emenda abriu espaço para que políticos detentores de mandatos eletivos proporcionais (deputados e vereadores) possam mudar de partido sem a perda do cargo.

A chamada "janela partidária" autorizou os políticos a trocarem de legenda em um prazo de 30 dias – que terminou ao mês de março do mesmo ano – sem o risco de cair na infidelidade partidária e perder os mandatos.

O texto também estabeleceu que a desfiliação não seria considerada para fins de distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao tempo de propaganda de rádio e televisão. A medida não afetou os senado-

res, tampouco as autoridades que ocupam o cargo no Executivo, pois essas já são livres para trocar de legenda sempre que desejarem.

Durante o período proposto na emenda, diversos políticos trocaram de partido ao longo do país. Em Pelotas, não foi diferente. Ocorreram cinco migrações, surgindo a Bancada do PCdoB, que não existia, e extinguindo-se a Bancada do PPS. A exceção ficou por conta do vereador Vitor Paladini, eleito pelo PSB, o qual migrou para o PMDB fora do período, mas em acordo com o PSB, pois o partido não requisitou judicialmente o mandato do vereador.

O professor da UCPel e cientista político Renato Della Vechia explica que a ideia de "fidelidade partidária" surgiu durante o período da Ditadura Militar. Isso, porque o governo temia perder forças no Congresso e instituiu a fidelidade como um instrumento de controle.

Na medida em que o cenário político brasileiro muda – com o processo de redemocratização e de ampliação do número de partidos políticos – a fidelidade se configura como um ato autoritário e se transforma em um processo "solto", sem controle sobre as trocas partidárias do político durante um mandato. Por exemplo: "na eleição de 1996

- em que tomaram posse em 1997 – 25 dos parlamentares mudaram de partido no dia da posse, outros 120 tinham trocado ao final do primeiro mês de mandato".

Em decorrência disso, surge a necessidade de um "regramento" que freie essas migrações, surgindo novamente a fidelidade partidária. Mas dessa vez, com algumas ressalvas: o dono do mandato poderia trocar de partido para migrar para um recentemente criado ou se provasse que o partido ao qual era ligado mudasse de posição política e que, por isso, não se identificava mais com a legenda. Nos demais casos,

perderia o cargo. Então, a "janela partidária" aparece como uma terceira forma de trocar de partido, sem a necessidade de um motivo aparente - sem perder o mandato e sem a obrigatoriedade de esperar um determinado período para concorrer a novas eleições. Isso só é possível porque, no Brasil, está arraigada a cultura do "voto em pessoa", e não do "voto em partido".

Della Vechia defende que a fidelidade partidária, na verdade, "é a garantia de que os partidos políticos darão para a sociedade de que seus programas vão ser cumpridos e de que os seus parlamentares

O que é a lei da janela partidária e como funciona?

Emenda constitucional permitiu mudança de partido sem perda de mandato.

Desde 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que os mandatos pertencem aos partidos e que, por isso, o detentor de mandato eletivo não pode mudar para outra legenda sem perder o mandato. Até então a desfiliação sem a perda do cargo, só era permitida para a filiação em partidos recém-criados.

Mas com a emenda constitucional 91, promulgada em 18 de fevereiro deste ano, foi criada a chamada "janela partidária", que altera o artigo 22A da Lei 9.096 (Lei dos Partidos Políticos) e autorizou vereadores com mandato, deixar o partido que pertencem e se filiar a outro, sem que percam o mandato. Este prazo, vigorou de 02 de março à 02 de abril de 2016, trinta dias antes de terminar o prazo final para filiação exigida em lei.

Em Pelotas, não foi diferente. Ocorreram cinco migrações, onde surgiu a Bancada do PCdoB, que não existia e extinguindo-se a Bancada do PPS. A exceção ficou por conta do vereador Vitor Paladini, eleito pelo PSB e migrou para o PMDB fora do período, mas em acordo com o PSB, o partido não requisitou judicialmente o mandato do vereador.

Veja as trocas de partidos na Câmara de Vereadores de Pelotas:

Edmar Campos - saiu do DEM e foi para o PSDB
José Sizenando - saiu do PPS e foi para o DEM
Professor Adinho - saiu do PPS e foi para o PDT
Ricardo Santos - saiu do PDT e foi para o PCdoB
Tenente Bruno - saiu do PT e foi para o REDE e depois para o PTB

Saldo das Bancadas em Pelotas:

partido	saldo anterior	perdeu	ganhou	saldo atual
PPS	2	2	0	0
PCdoB	0	0	1	1
PT	4	1	0	3
DEM	2	1	1	2
PSDB	2	0	1	3
PTB	2	0	1	3
PDT	2	1	1	3

Permaneceram inalteradas as bancadas do PSB com um vereador, do PRB com um vereador, do PMDB com dois vereadores e do PP com dois vereadores.



Vereador Ricardo Santos (PCdoB)

irão cumprir o programa partidário". No contexto local, considerando as mudanças no cenário político pelotense, ele chama a atenção para o fato de que não só os vereadores mudam de partido, mas também os filiados que buscam a eleição. Dessa forma, embora as alterações partidárias não tenham consequências imediatas, elas podem refletir no processo eleitoral futuro. O vereador Ricardo Santos(44 anos) foi um dos cinco representantes na Câmara de Pelotas a aderir à mudança com a janela partidária. Após duas décadas no PDT, o político mudou de legenda e passa a integrar o PCdoB.

Ricardo cumpre seu primeiro mandato como vereador, é ativista LGBT e participante de movimentos sociais. Ele alerta para as diferentes linhas dos partidos na política em níveis municipal, estadual e nacional. Segundo ele, existem correntes que diferem na organização partidária. "Meu ex-partido (o PDT), dentro do municipal, tem uma visão, dentro do estadual tem outra visão e nacional tem outra. Quando fui candidato pela primeira vez, já existia a possibilidade de eu ir para o PCdoB, até mesmo por uma afinidade com o partido, de movimentos, de mobilização. Vieram as eleições de 2014 e fui convidado pela deputada Manuela D'Avila para ir ao PCdoB, sabendo que eu perderia a cadeira na Câmara de Pelotas pelo PDT", comenta Ricardo.

"Tu notas muitos parlamentares não comprometidos com a ideologia do partido."

Vereador Ricardo Santos
(PCdoB)

O vereador do PCdoB comenta sua decisão sobre a troca partidária. Entre as mudanças observadas com a janela, lamenta que políticos tenham outros motivos para estabelecer suas escolhas de legenda.

"Uma coisa que me deixa muito triste na política é quando o parlamentar visa os interesses próprios, os interesses pessoais, quando ele pensa 'com a votação que eu tenho, eu seguro a cadeira'. Tu notas muitos parlamentares não comprometidos com a ideologia do partido. Eu comento, assim , a minha troca: 'quando o barco está afundando, os primeiros a sair são os ratos'. Eu fiz diferente, eu pulei para dentro. Nacionalmente, o PCdoB foi um dos que defendeu a presidente Dilma do impeachment e é um partido que realmente mostra a cara. Outro ponto é que, municipalmente, se o PCdoB vier sozinho, possivelmente não consiga colocar cadeiras. Existe, sim, a negociação de concorrer na proporcional junto ao PT, porque nacionalmente, nessa questão, estão muito alinhados." Satisfeito com sua decisão pela troca partidária, Ricardo Santos completa: "Eu sou a cara e o perfil do PCdoB".

Mais um vereador que aderiu às mudanças com a janela partidária foi Edmar Campos. O vereador era afiliado ao partido Democrata (DEM) desde 2011, e

viu na janela uma oportunidade de voltar à legenda que anos antes ele já havia representado o : PSDB. Edmar Campos, mais conhecido por "Gaúcho", cumpre seu segundo mandato como representante da Câmara de Pelotas. E já foi filiado ao PL e ao PPS. Segundo ele , o partido Democrata não apoia todos os seus representantes da mesma forma.

"Eu sempre apoiei a administração, até por ser pelotense, eu apoiaria qualquer prefeito (...). Eu estava perdendo os espaços, não só dentro da Câmara, mas na política. Porque era um partido que estava fazendo uma oposição ferrenha ao prefeito, através do presidente da Câmara. Eu participava, fazendo um traponto, eu sempre defendia e até hoje defendo", diz Edmar Campos.

O vereador ainda diz que , apesar de ter sido do mesmo partido do Presidente da Câmara, Ademar Ornel, ele via muitas dificuldades em ver suas pautas abordadas. Principalmente , por muitas vezes se opor aos "métodos aplicados" frente à presidência. Outro aspecto imprescindível foi a busca por visibilidade, além de uma maior resposta frente às suas demandas, porque o diretório do partido priorizava o que dizia respeito ao presidente.

Sobre a mudança de legenda , ele diz se sentir muito mais confiante no PSDB.

"A maior mudança seria a visibilidade ao meu mandato, porque fica mais atuante além de obter respostas mais rápidas em relação às demandas. Eu vejo progresso, e essa minha vinda para o PSDB me deu mais

"Eu sempre apoiei a administração, até por ser pelotense, eu apoiaria qualquer prefeito."

Vereador Edmar Campos
(PSDB)

estímulo. Me deu melhores respostas nas minhas Mas vejo que a mudança vai ser pequena na Câmara, já que as pessoas estão desacreditadas na política atual, principalmente depois das investigações da "Lava Jato" e da Polícia Federal. Os partidos continuam fortalecidos, pois não se vê nomes novos na política pelotense, até porque as pessoas não têm vontade de concorrer, assim continuam sempre os mesmos".

Confiente por ter tomado a decisão correta, ao trocar de partido , Edmar comenta que agora vê oportunidades de avançar e melhorar sua atuação. Confiente por ter tomado a decisão correta, ao trocar de partido , Edmar comenta que agora vê oportunidades de avançar e melhorar sua atuação.

Essa janela partidária foi apenas um dos pontos da PEC 113/2015, que trabalha mais amplamente sobre a reforma política. Os itens restantes acabaram sendo desmembrados e continuam tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. A possibilidade do fim de reeleição para presidente, governador e prefeito está entre os pontos a serem analisados.



Vereador Edmar Campos (PSDB)

COTAS



Desde que a lei de Cotas Sociais foi sancionada em 2012, a Universidade Federal de Pelotas (assim como tantas outras) vem timidamente promovendo políticas de ações afirmativas nos espaços educacionais mantidos com recursos públicos. O que dificulta a democratização dos espaços de ensino superior no Brasil? Acompanhe esse processo.

Racismo Institucional

Negros representam mais de 50% da população, desses, 25% são jovens. A juventude negra vem sendo extermínada em uma velocidade de 400 mortos por mês. E dos que restam, somente 3% concluem o Ensino Universitário.

Em entrevista, o diretor executivo da Anistia International no Brasil, Atila Roque, referindo-se aos homicídios de jovens e adolescentes, afirma que o Brasil convive, tragicamente, com uma espécie de “epidemia de indiferença”, quase cumplicidade de grande parcela da sociedade, com uma situação que deveria estar sendo tratada como uma verdadeira calamidade social.... Isso ocorre devido a certa naturalização da violência e a um grau assustador de complacência do Estado em relação a essa tragédia. É como se estivéssemos dizendo, com a conivência da sociedade e do governo, que o destino desses jovens já estava traçado .

De que forma opera esse esquema de “naturalização” e aceitação da violência? Por diversos mecanismos, mas, fundamentalmente, pela culpabilização da vítima, justificando a violência dirigida, principalmente, a setores subalternos ou particularmente vulneráveis que demandam proteção específica, como mulheres, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes, idosos, etc. Por essa via, a estuprada foi quem provocou o estupro, aquela que se vestia como uma “vadia”; o adolescente torna-se marginal, delinquente, drogado ou traficante. A própria necessidade de leis ou mecanismos específicos de proteção: Estatutos da Criança, do Adolescente, do Idoso; Lei Maria da Penha, ações afirmativas indicam claramente as desigualdades e vulnerabilidades existentes.

Segundo o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão sócioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no

Uma das maiores conquistas do movimento negro, nos últimos anos, foi a aprovação do projeto de Lei de Cotas Sociais, em agosto de 2012. A Lei nº12.711 garante a reserva de minimamente metade das vagas para alunos egressos de escola da rede pública de ensino, nos processos de seleção para ingresso.

Tal projeto de ação afirmativa já vinha circulando na Câmara e Senado Federal desde 2005, sempre tensionando por discussões calorosas entre o Movimento Negro e políticos que defendem os privilégios da elite. Os direitos humanos vêm se constituindo como campo de realização da justiça social, sem distinção de nação, raça, Estado, gênero, orientação sexual, etnia, condição física ou idade. Esse “patrimônio” da humanidade foi construído ao longo da história, através de movimentos sociais, reivindicações e lutas, que fizeram avançar legislações, compreensões culturais sobre o que a sociedade considera justo, levando em consideração as configurações econômicas e territoriais dos povos.

Historicamente no Brasil, o movimento negro se destaca por pautar a dificuldade dos negros em acessar direitos civis, tais como moradia, saúde e educação. Após 128 anos da lei que “aboliu” a escravatura, o Estado brasileiro vê refletida, em gráficos, seus altos índices de descaso e miséria em relação à população negra.

A mais recente pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP aponta dois mapas de realidades alarmantes, escancaradas pela desigualdade social: o mapa da violência e o da educação.

reconhecimento cultural.

Entre as medidas que podemos classificar como ações afirmativas, é possível mencionar: incremento da contratação e promoção de membros de grupos discriminados no emprego e na educação por via de metas, cotas, bônus ou fundos de estímulo; bolsas de estudo; empréstimos e preferência em contratos públicos; determinação de metas ou cotas míнимas de participação na mídia, na política e outros âmbitos; reparações financeiras; distribuição de terras e habitação; medidas de proteção a estilos de vida ameaçados; e políticas de valorização identitária. No Brasil, tais políticas foram adotadas somente a partir do processo de redemocratização do país, quando diferentes grupos passaram a demandar direitos abertamente.

Amplamente documentadas a partir dos estudos de mobilidade social de Hasenbalg (1979) e Silva (1978), as desigualdades raciais passam a ganhar cada vez mais visibilidade pública e governamental no final dos anos 1990, em especial, depois da divulgação de análises feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (PAIVA; ALMEIDA, 2010). Além de um movimento transnacional em direção a políticas identitárias, foram importantes para a consolidação do debate sobre as iniquidades raciais no Brasil tanto a construção de uma agenda de reivindicações pelo Movimento Negro desde a década de 1980, quanto a receptividade dessas demandas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, em especial, de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

que incentiva a competição antes da criação coletiva do saber, a realidade dos alunos universitários pobres e, principalmente, negros, se vê por vezes insuportável, devido à rejeição do seu corpo, da sua história e da sua cultura dentro das instituições educacionais. A Meritocracia, exaltada nos discursos da burguesia, defende que, independente de nossas condições sociais, físicas e psicológicas, todos somos capazes de obter sucesso na vida. Isso pode funcionar no fantástico mundo de poder que o capitalismo proporciona a poucos. Mas a realidade não é bem assim. Se todas as vítimas de opressões, repressões e extermínios tivessem as mesmas oportunidades de acesso aos direitos básicos que lhe proporcionassem uma vida digna, ações afirmativas não seriam necessárias.

por sua natureza, diferente da educação básica ou de outros direitos sociais necessariamente franqueados a todos os cidadãos, precisando estabelecer critérios e normas de seleção que visem a garantir um corpo discente qualificado, isso não autoriza sua monopolização por uma elite econômica.

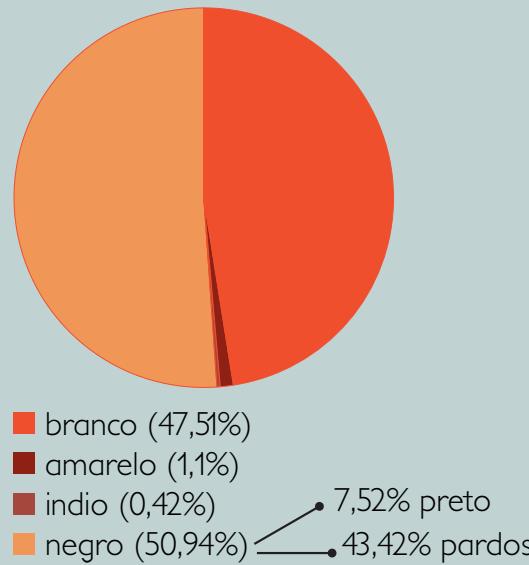
A maior inclusão de alunos pobres, pretos, pardos e indígenas nas universidades federais, estaduais, assim como no ensino superior particular, deve ser creditada tanto a iniciativas das próprias universidades quanto ao estímulo a medidas inclusivas criadas pelo governo federal nos últimos anos. É somente a partir de uma nova concepção de educação superior, que coloca as questões da democracia e da inclusão em primeiro plano, que começamos a tratar as terríveis chagas causadas pela discriminação racial e pela desigualdade social que por longo tempo assolam o nosso país. As políticas de ação afirmativa, particularmente as de recorte étnico-racial, têm tido um papel fundamental nessa grande mudança, tanto no plano prático como no simbólico.

Atualmente, as principais modalidades de ação afirmativa, hoje em vigência no ensino superior privado no Brasil, são os programas ProUni (Programa Universidade para Todos) e FIES (Fundo de Financiamento Estudantil). No ensino superior público, as políticas de cotas são a modalidade mais relevante. Outra medida importante, que atinge estudantes tanto das IES (Instituições de Ensino Superior) públicas quanto das privadas, é a Programa Bolsa Permanência, um auxílio concedido a estudantes de baixa renda das Universidades Federais e beneficiários do ProUni.

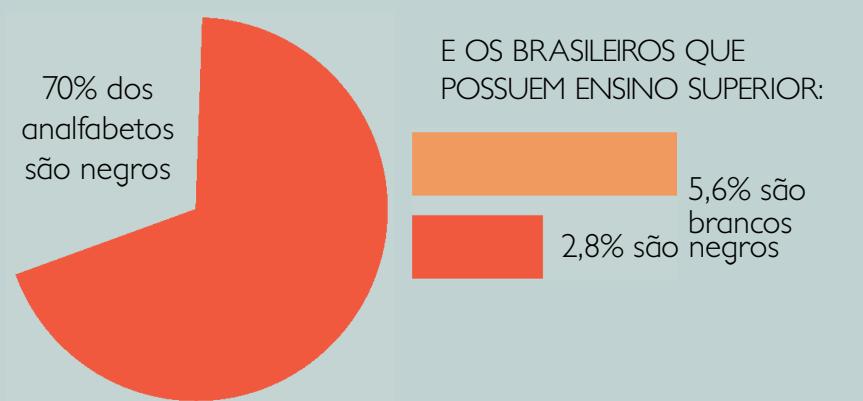
As Cotas Sociais aprovadas em nível federal, em agosto de 2012, e com a Lei nº.12.711 sancionada em novembro, modificaram as estruturas de reitorias de grande parte das instituições federais, ao obrigar que, até 2016, todas as Universidades e Institutos Federais reservem 50% das suas vagas para alunos egressos de escola pública, incluindo um recorte racial (pretos, pardos e indígenas), de acordo com o percentual apontado pelo IBGE do Estado.

Antes da Lei Federal de Cotas, algumas instituições ampliaram suas discussões no âmbito social, pensando políticas que possibilitariam a entrada e permanência de jovens que historicamente vêm sendo excluídos. Em 2007, a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, a Universidade Federal de Brasília – UNB e a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM garantiam vagas em todos os cursos para o ingresso de alunos negros. A decisão dessas instituições em adotar o sistema de Cotas Raciais reacendeu na sociedade o debate sobre o racismo.

POPULAÇÃO BRASILEIRA



MAS NA EDUCAÇÃO...



E, mesmo com o avanço dos últimos dez anos no que tange ao acesso à educação pública, os mapas da Educação são alarmantes: 70% da população negra é analfabeta, e dos jovens que ingressam no ensino básico, apenas 10% concluem. Os motivos da evasão são evidentes, mesmo que o racismo institucional siga debaixo de seu véu. A escola, embora por força das Leis nº.10.639/03 e nº.11.645/08, que obrigam o ensino da história, arte e cultura africana, afro-brasileira e indígena em sua grade curricular, se omite e, por vezes, se nega a incluir a história de povos pilares quanto a sabedorias da natureza, da luta e da resistência. (www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf)

O sistema educacional segue designando lugares inferiores e esquecidos para a história de mais da metade da população. Nesse contexto, a educação no Brasil tem sido apontada por estudos, assim como pelos movimentos sociais, como um espaço onde persistem históricas desigualdades

sociais e raciais, exigindo que o Estado estabeleça políticas e práticas específicas de superação desse quadro.

Se essa educação não é para todos, então para quem ela é?

Acontece que o acesso público e gratuito à Educação Superior - a famosa educação de excelência, que produz ciência e conhecimento acadêmico, apontando soluções para o desenvolvimento social - tem falhado em sua missão. Nessa perspectiva, as instituições públicas de ensino superior não abrem mão de um processo seletivo, no qual se exige um preparo elementar, avaliado através de um exame, para o desempenho de uma boa graduação – preparo esse, obtido, na maioria das vezes, em instituições privadas de ensino.

E, se não bastasse esse critério meritocrata de seleção,

Na década passada, consolidaram-se ações afirmativas com o objetivo de reduzir as desigualdades étnica, racial ou social no ensino superior. Após as primeiras iniciativas, em 2002, mais de 100 políticas com essa finalidade foram implementadas no país. A ação de movimentos sociais, particularmente do Movimento Negro, e de setores progressistas de nossa sociedade expôs o contexto desigual em que se realizava o vestibular no Brasil e tornou clara a necessidade de avançar na discussão sobre a democratização da universidade, no sentido de torná-la um instrumento de mobilidade social: um bem ao qual todos têm o direito de aspirar. Em outras palavras, se a universidade é,

REVISTA UNIVERSO

expediente



Publicação do curso de Bacharelado em Jornalismo da UFPEL

Coordenadora do Projeto Revista Universo:
Marislei Ribeiro MTB/RS 8683

Redatores:	Juliana Rössler
Antoniela Fonseca	Larissa Moraes
Ariel Pedone	Lauren Trindade
Daniel Corrêa	Luciano Coelho
Edna Machado	Maiara Marinho
Eliane Rubim	Maria Luiza Mesquita
Endrio Chaves	Paulo Geovane Matias
Estevan Garcia	Rafael Viana
Fábio Ávila	Roberta Pereira
Helena Mendonça	Rochele Ücker
Henrique König	Silvia Camargo
Igor Viana	Wagner Leitzke
Isabelle Domingue	
Janaína Pereira	
Juliana Escouto	

Diagramação e Arte:
Vitória Trescastro

Centro de Letras e Comunicação: Diretor: Prof. Luís Isaías Centeno do Amaral | Diretora Adjunta: Prof. Márcia Dresch | Coordenador do Curso de Jornalismo: Prof. Gilmar Adolfo Hermes | Adjunto: Prof. Ricardo Zimmermann Fiegenbaum

Reitoria: Reitor: Mauro Augusto Burkert Del Pino | Vice-Reitora: Denise Petrucci Gigante | Pró-Reitor Administrativo: Antônio Carlos de Freitas Cleff | Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Ediane Sievers Acunha | Pró-Reitor de Infraestrutura: Evaldo Tavares Kruger | Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Denise Marcos Bussoletti | Pró-Reitor de Graduação: Álvaro Luiz Moreira Hypólito | Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Luciano Volcan Agostini | Pró-Reitor de Planejamento: Luiz Osório Rocha dos Santos | Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Eugênia Antunes Dias